

Neoliberalismo e neofascismo — *és lo mismo pero no és igual?*

REGINALDO C. MORAES*

Como se sabe, o neoliberalismo não tem meias palavras para nomear seus inimigos: a democracia de massas e seus perversos filhos, o Estado de bem-estar e os sindicatos. As maldições são pronunciadas em nome de valores que se pretendem apriorísticos e universais, de natureza ética e política: esses demônios ameaçam a liberdade e qualquer possibilidade de ordem no mundo humano. Mas não deixam de apelar também a um critério conseqüencialista: os juízos são igualmente fundados em supostos critérios de eficiência e progresso. Adotando um diagnóstico apocalíptico, o novo fundamentalismo de mercado prepara uma receita salvacionista franca e ousadamente conservadora: subjugar os sindicatos e impor duras reformas econômicas, “libertando” o capital dos controles que lhes haviam sido impostos por duzentos anos de lutas populares.

Os principais traços das reformas neoliberais são praticamente os mesmos em todos os cantos do planeta: redefinição (e limitação) das funções do Estado e de suas despesas; redução do número de funcionários das entidades públicas e parapúblicas, o que, por exemplo, impõe a revisão dos sistemas previdenciários, bem como de toda a legislação social; desregulamentação e privatizações, pelas quais se alega submeter serviços públicos à vigilância saneadora da concorrência. O catecismo é repetido, mude a geografia ou a ocasião, e também a nós cabe lembrá-lo, ainda que repetidamente. A reforma do Estado deveria transferir ao setor privado as atividades produtivas em que este indevidamente se metera. Ao mesmo tempo, afirma-se a infalível e incorruptível disciplina do mercado, sempre superior às vãs atividades regulatórias: diminuamos pois interferência dos poderes públicos sobre os empreendimentos privados, eliminando as “pressões fiscais”, apresentadas como insuportáveis e desestimuladoras,

* Professor do Departamento de Ciência Política da Unicamp.

as políticas redistributivas, tidas como paternalistas e desastrosas, a interferência “abusiva” dos poderes públicos nos contratos entre particulares (normas sobre aluguéis, direito do trabalho e previdência, mensalidades escolares, etc.).

Paralelamente ao enfraquecimento das soberanias nacionais, elege-se uma nova soberania, monitoradora das políticas nacionais, e com sede privilegiada em Washington (ou Nova York). OMC, AMI, *fast-track*, o noticiário econômico dos grandes jornais traçam o perfil do admirável mundo novo em que o capital e seus representantes políticos finalmente ficariam livres da chantagem do sufrágio e da “*accountability*” democrática.

Para os trabalhadores, as mudanças significam autênticos terremotos. Anuncia-se como benção o fim do assalariamento clássico e da lógica dos “empregos permanentes”, ou melhor, daquilo que as lutas trabalhistas haviam imposto à economia política do patronato: acordos e regulamentos protetores, salários calculados automaticamente a partir de convenções coletivas detalhadas. Anunciam-se novas formas de organização do trabalho e da empresa, livres e criativas, calcadas na gestão e contratação flexíveis, nos ajustes permanentes na duração e na qualidade do trabalho, no vínculo estrito entre remuneração e desempenho, na individualização dessas remunerações. No delicado terreno dos “destinos sociais”, impõe-se a lógica de percursos profissionais não padronizados, os chamados zigzagues na história de vida profissional: você nunca sabe o que vai ser amanhã e depois de amanhã — e isso é bom, muito bom para você.

O neoliberalismo econômico leva a uma política conservadora — e seus propagandistas, de Hayek a James Buchanan, jamais esconderam a pretensão de colocar limites drásticos às “irresponsabilidades” da democracia de massas. Terá isso identidade com o renascimento de movimentos de ultradireita, do tipo fascista? É certo que não existe um fosso intransponível entre essas doutrinas antidemocráticas e os movimentos neofascistas recentes. É certo ainda que namoros e parcerias existiram a todo momento entre eles. A esse respeito é curiosa uma observação de um crítico de Hayek, sobre o sucesso de seu livro contra os “totalitarismos”, o *Caminho da servidão*, no qual nazismo e comunismo eram apontados como irmãos gêmeos. O paradoxo apontado é o seguinte: procurem ver quem são aqueles que mais se entusiasmam com o panfleto supostamente antitotalitário de Hayek e vejam quais eram suas preferências (e militâncias) políticas alguns anos antes, quando o nazi-fascismo ainda prometia futuro... Experimente esse mesmo exercício para o caso brasileiro...

Mas, para o bem da compreensão teórica e dos desafios prático-políticos, é preciso distinguir esses dois fenômenos, *que são efetivamente distintos*.

Como se sabe, mas nunca é demais repetir, o ascenso do fascismo é demarcado por uma grave crise das condições de reprodução do capital — e representa uma radical alteração, pela força, dessas condições e dos impasses nelas reinantes. É correto identificar a natureza de classe do nazi-fascismo, com a célebre pergunta dos advogados: a quem interessa o crime, afinal? Com o acréscimo operacional: quem financiou o executor? Mas é preciso mais do que isso. É preciso indagar porque e como o nazi-fascismo se transformou em um movimento de massas.

O fascismo germina dentro de uma certa lacuna operacional, diria um observador “pragmático”. Uma ditadura militar ou um estado policial revelam-se insuficientes para derrotar a classe trabalhadora, atomizá-la, destruindo suas organizações, desmoralizando-a e condenando-a à resignação e à obediência. Para esse serviço, torna-se necessário um movimento de massas, no qual exerce papel decisivo uma pequena burguesia atingida pela crise — mas também as parcelas do proletariado e do subproletariado marginalizadas por essa mesma crise. Inflação, falências, desemprego, degradação das profissões e dos *status* sociais conduzem a um desespero de massas e a um movimento freqüentemente povoado de reminiscências ideológicas, de rancor, nacionalismo e de uma certa demagogia ... anticapitalista — uma demagogia voltada para formas específicas do capitalismo, em que são satanizados os usurários, os atravessadores, os tubarões, os monopólios, o capital ocioso (mas não o ancestral e mitológico capital “criador de trabalho e de riqueza”), uma demagogia exacerbada e ao mesmo tempo prudente, já que não se volta contra o próprio instituto da propriedade privada.

O Estado forte neoliberal, à la Reagan-Thatcher (com o notável *upgrade* Pinochet), ataca sistematicamente os direitos democráticos e sociais — leis de exceção, medidas de emergência (ou medidas ditas “provisórias”), decretos antigreves, penalização de sindicatos, manipulação da informação, supremacia do executivo, legislação por decreto e suspensão de garantias constitucionais, subtração de decisões econômicas de grande porte ao controle público (seja pela via da privatização, seja pela desregulamentação legal). É certo que a aceitação passiva de tais ataques aos direitos democráticos torna cada vez maiores o apetite e a confiança da classe dominante. Se o movimento operário cede diante de tais ataques, na primeira oportunidade ou no primeiro impasse em que tais retaliações autoritárias se mostrem insuficientes, um aventureiro audaz e inteligente — e nesse momento já com o apoio de um movimento de massas e financiamento do grande capital — tomará o cetro para exterminar de vez a resistência.

Mas há ainda um outro aspecto em que a evolução do “Estado forte” implicado pelas *market orient reforms* de nossos neoliberais pode avizinhar-se do neofascismo — ou talvez seja melhor dizer: pode *nos*

avizinhar do fascismo. E isto diz respeito, diretamente, aos próprios resultados socioeconômicos de seus atos.

Das reformas neoliberais surgem, como cogumelos, suas novas elites *yuppies*, os novos “empreendedores” e “reengenheiros” do mundo financeiro e gerencial, *los perfumados*, como se dizia no México por ocasião dos últimos terremotos econômicos. Ao mesmo tempo, dissolvem-se, mais ou menos rapidamente, mas sempre com notável clareza, as bases políticas do velho conservadorismo. O novo Estado forte é cada vez mais subtraído a velhas formas de *accountability* — deliberadamente, e quase por definição, ele é algo imune a controle social (e sobretudo eleitoral). Junte-se a tudo isso o ingrediente da exclusão estrutural, conduzindo segmentos cada vez maiores da humanidade a uma situação instável e desesperadora. Estão criadas as condições propícias ao ascenso de soluções de emergência que de outro modo seriam vistas como inviáveis, indesejáveis ou até mesmo impensáveis.

Quando Hayek expôs seu plano de reforma política e sua crítica ao Estado de bem-estar, há algumas décadas, um de seus críticos lembrou que aquele modelo político era de tal maneira imune à crítica e à mudança que só restaria um caminho aos dissidentes (e quantos seriam, com o tempo?): o desespero e a insurreição. A reforma do Estado pregada pelos neoliberais pretende criar uma espécie de Estado gerencial, enxuto, que ao invés de assumir tarefas produtivas e de prestação de serviços, monta comitês e agências encarregadas de controlar e contratar serviços prestados por empresas privadas, justamente aquelas que teriam adquirido entidades anteriormente estatais. Notemos que as instituições do “Estado velho” eram, pelo menos em princípio, subordinadas ao controle de organismos políticos eleitos (congresso, assembleias estaduais, câmaras municipais, etc.) ou à fiscalização judicial dos atos e contas públicas. As novas agências controladoras são instituições ultrapoderosas, mas de fato imunes a qualquer forma de controle efetivo, instituições que tendem cada vez mais a não responder diante de qualquer soberania política. Não podem ser controladas — mas também não podem (e não pretendem) ser legitimadas por instituições democráticas convencionais. E esse é um fator de instabilidade política não desprezível.

Mas há outro resultado inquietante. O fundamentalismo de mercado neoliberal firma suas bases de apoio numa aposta perigosa, a aposta de que o mercado não regulado produz crescimento contínuo, amplia as oportunidades econômicas e sociais, assim como as escolhas e acessos ao consumo. Mas o que ocorre diante da possibilidade de uma falha na aposta? A insegurança diante dos riscos e as flutuações econômicas do mercado são seus filhos legítimos e esperados — e, na mitologia neoliberal, o sucesso depende justamente da não-garantia de sobrevivência, uma vez

que é nesta que germinam (ou são forçados a germinar) o empenho e a criatividade dos empreendedores.

A falência da utopia neoliberal é algo previsível do ponto de vista lógico e, para milhões de seres humanos no planeta, algo já empiricamente constatado e vivenciado. Está aberto o campo para movimentos políticos não apenas não-liberais, mas radicalmente antiliberais. Níveis de insegurança sem precedentes são impostos a segmentos populacionais de massa, provocando terremotos na sua vida e nas suas expectativas. Lembremos os resultados humanos (ou desumanos) das reformas econômicas e das reestruturações produtivas em andamento em todo o mundo. De modo brutal, eles mostram a parcelas enormes da humanidade que elas são cada vez mais “dispensáveis” — no limite, o mundo econômico pode girar sem grandes problemas apesar da eliminação completa de muita, muita gente. Em certa medida, parece até que giraria melhor sem esses “trastes” incômodos, conforme alerta o pungente livro de Viviane Forrester (*O horror econômico*, Editora Unesp, São Paulo, 1997).

Durante mais de um século, movimentos operários, socialistas e democráticos haviam imposto ao capital restrições reguladoras que impediram a ação bárbara do moinho satânico do mercado, para usar a expressão celebrizada pelo conhecido livro de Karl Polanyi. São esses “entraves” à suposta ordem natural das coisas que a contra-revolução neoliberal quer eliminar. Ela prepara a emergência de um mundo novo bem pouco admirável, somando apatia política, desilusões e desmoralizações ideológicas, insegurança econômica e atomização social. Como, além disso, se trata de uma sociedade que pode “dispensar” da inclusão social — e da própria sobrevivência física — uma parte crescente dos seres humanos, está pronto o caldo de cultura propício às soluções de desespero. E como se sabe, desespero e insegurança são péssimos conselheiros.

A política neoliberal não é a da mobilização neofascista, mas pode ser o pavimentador dessa outra via da contra-revolução. Apatia política e desilusões com as saídas convencionais, desmanche de tradições políticas, sociais e culturais que outrora costuravam e resguardavam a sociedade, ausência de saídas progressistas confiáveis (elas mesmas mergulhadas na desilusão e na desmoralização) — tudo isso prepara o caminho para a emergência de um louco que tenha soluções radicais, aquelas que parecem ser o único ponto firme num mundo em que tudo naufraga, grito que *parece* ter espírito num mundo sem espírito. O fascismo é assim, de certo modo, um sintoma de males profundos, mas tem o cuidado de não se apresentar como sintoma, mas, antes, como remédio — amargo, necessário e... o único que nos sobra.

Para segmentos cada vez maiores da população, mesmo no admirável Primeiro Mundo, perfila-se no horizonte próximo uma vida sem perspectivas e sem sonhos. Ao mesmo tempo, nos noticiários das prateadas antenas de TV a cabo, desfila a morte lenta e letárgica das multidões descartáveis, na África, na Europa do Leste, na Ásia ou na América Latina, mas também em bolsões cada vez mais significativos dos países avançados. Tudo isso deveria lembrar que o desespero jamais inspirou bons conselhos. Afinal, a manada pode discordar dessa caminhada silenciosa para o abate, passando da letargia às opções históricas, afinal tão “racionais” quanto as anteriores.

Se a barbárie em curso não tiver barrados seus empreendimentos macabros, nas lutas políticas que se desdobram em cada pequeno canto do planeta, não deixarão de surgir essas alternativas desesperadas, prometendo soluções finais para a insegurança, o risco, a precariedade da vida e a ameaça de morte. Um pintor louco com um pequeno bigode são apenas um homem e um bigode. Até que, numa nação de humilhados e ofendidos, recebe aplausos da multidão e recursos dos banqueiros, transformando-se *ipso facto* em estadista e condutor de destinos. Neoliberalismo, neofascismo. *És igual, pero no és lo mismo* — ou devemos dizer: *és lo mismo pero no és igual?*

MORAES, Reginaldo C. Neoliberalismo e neofascismo — és lo mismo pero no és igual? .
Crítica Marxista, São Paulo, Xamã, v.1, n.7, 1998, p.121-126.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Neofascismo; Estado.